

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB

Débora Aragão Bezerra¹; Prof^ª Andréia Ferreira da Silva²

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – d.a.b25@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No âmbito da disciplina de Estágio Supervisionado I - Gestão Escolar, desenvolvi uma pesquisa a qual busquei investigar o papel do gestor na efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para realização da pesquisa foi escolhida uma escola pública do município de Campina Grande (Paraíba) que atende ao público dos anos iniciais do ensino fundamental.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar o papel do gestor de uma escola pública municipal dos anos iniciais do ensino fundamental, para assegurar o atendimento educacional especializado das crianças com necessidades educacionais especiais, tendo como referência a garantia do seu desenvolvimento e do direito à educação. Os objetivos específicos da pesquisa foram o de conhecer os direitos da criança público alvo da educação especial no país e, mais especificamente o direito à educação escolar; estudar a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; conhecer a atuação da gestão de uma escola pública municipal dos anos iniciais do ensino fundamental no que se refere à garantia do atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais; discutir acerca das dificuldades e contribuições do trabalho da gestão da escola no atendimento dos alunos com deficiência.

Para entender os deveres e direitos que o gestor poderia se apoiar para garantir um atendimento adequado aos alunos público do AEE, estudei leis e documentos oficiais que abordavam a temática em questão. Começando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (Art. IV, Inciso III) que garante o dever do Estado para com o atendimento educacional especializado quando necessário, e que tal atendimento seja realizado na rede regular de ensino. O Estatuto da Criança do Adolescente, de 1990 (Capítulo IV, Art. 5, Inciso III) que reforça a garantia ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O Decreto nº 7.661, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e garante legalmente a implementação desse atendimento, exigindo não apenas a sua presença na vida do aluno com deficiência, mas também uma adequação da estrutura física da escola que esse aluno está/estará presente incluído no ensino regular e pedagógica no contexto do atendimento suplementar que é oferecido pelo programa, se necessário (dependendo da deficiência da criança) a implantação de uma Sala de Recursos Multifuncionais.

METODOLOGIA

A coleta de dados da pesquisa foi realizada em uma escola municipal dos anos iniciais do ensino fundamental, situada na cidade de Campina Grande-PB. Com a colaboração da

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFCG e bolsista do PET-Pedagogia.

² Prof^ª Dr^ª da Unidade Acadêmica de Educação da UFCG, coordenadora do PPGE/UFCE. (83) 3322.3222

gestora da instituição realizei uma entrevista semi-estruturada. Analisei o Projeto Político Pedagógico (PPP) e também os documentos referentes às matrículas, se possuíam alunos com necessidades educacionais especiais matriculados, e se estes estavam presentes nas salas regulares e se encontravam amparados pelo Atendimento Educacional Especializado.

Com base em Cruz Neto (2015), a entrevista é o procedimento mais usado no trabalho de campo e é através desse instrumento que o investigador obtém informações, em maior quantidade, contido na fala dos sujeitos da pesquisa. Para Ludke e André (1986), a entrevista é um instrumento eficaz para a obtenção das informações desejadas, tendo o entrevistador (pesquisador) cuidado para garantir um clima de confiança, para que o entrevistado se sinta à vontade para se expressar livremente.

Também realizei uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), para investigar se este documento contemplava aspectos da educação inclusiva ou da educação especial. O PPP é tido como um registro de significados a serem outorgado ao processo de ensino e aprendizagem, que demanda tomada de decisões e acompanhamento de ações conseqüentes (TIBOLA, 2014).

Infelizmente a observação participante, que planejei no ato do projeto de pesquisa, com base em Cruz Neto (1994) e Fernandes (2015), não foi concretizada. Pois tal observação seria realizada nos momentos de atuação dos profissionais do atendimento educacional especializado, e ao chegar na instituição para qual fui direcionada, pela professora do Estágio Supervisionado I, descobri que lá não era ofertado para os alunos com necessidades especiais específicas o atendimento educacional especializado. Como pesquisadora, enfrentei essa dificuldade, porém não vi nela impedimento para dar continuidade a pesquisa. Assim concluí-a com os recursos que me foram apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi constatado que o PPP da escola, concluído no início do ano de 2015, aborda de forma muito rápida a questão da educação inclusiva. Fez-se menção sobre esse contexto em apenas um momento, afirmando que é um dos objetivos da escola oportunizar uma prática educativa com vistas a uma escola viva e inclusiva. “Todas as intenções da escola, reunidas no Projeto Político Pedagógico, conferem-lhe o caráter POLÍTICO, porque ele representa a escolha de prioridades de cidadania em função das demandas sociais” (ROPOLI, 2010). Na fala da diretora, em entrevista, ela explica que o PPP da escola está desatualizado, que quando ele foi concluído ainda não tinha na escola alunos com deficiência e que faltava abordar tal questão, bem como faltava atualizar a mudança do sistema de ciclo para o de série.

Ao solicitar as matrículas dos alunos com necessidades educacionais especiais, me foram entregues três matrículas. O aluno A, encontrava-se matriculado na escola desde 2011, possuía laudo médico no qual constava que o mesmo tinha autismo, como também em sua ficha de matrícula constava uma solicitação à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) para que o aluno pudesse ser acompanhado por um cuidador, tal solicitação já havia sido atendida e a criança encontrava-se acompanhado por uma cuidadora. A aluna B estava matriculada na escola desde 2015, em sua ficha de matrícula constava diversos exames, como tomografias e ressonâncias, e por fim um laudo médico apontando uma deficiência intelectual. Também estava presente uma solicitação para o acompanhamento de um cuidador à SEDUC, tal solicitação foi atendida e a criança também se encontrava acompanhada de uma cuidadora. A aluna C teve matrícula efetuada na escola em 2017, ao investigar sua ficha de matrícula não encontrei indícios de que a aluna tivesse alguma necessidade específica, porém em entrevista com a gestora da instituição, ela explicou que essa aluna estava sob observação da professora, como também da própria gestora, pois haviam suspeitas de que tal criança

poderia possuir alguma deficiência, pois a mesma apresentava comportamento muito agitado e exigia atenção demasiada da professora, os pais da criança já haviam sido informados sobre tal suspeita e foram orientados a procurarem médicos e psicólogos.

Após a realização das análises das matrículas e do PPP, voltei à escola para a realização da entrevista com a gestora da instituição. A gestora que estava em seu quarto mandato foi bastante receptiva e a entrevista foi realizada com sucesso. As perguntas abordaram questões sobre o processo para o atendimento dos alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais, a estrutura física da escola em relação à acessibilidade. A gestora relatou que a escola não possui sala de AEE e não são assistidos pelos profissionais desse atendimento e que contam apenas com o apoio do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) e de uma outra escola municipal de um bairro vizinho que possui profissionais e sala do AEE. Com relação aos pais dos alunos com necessidades educacionais especiais foi relatado pela gestora em entrevista, que a relação desses pais com a mesma é muito boa, disse não existir pontos negativos nesse convívio, que eles a escutavam bastante e que nas situações em que esteja acontecendo algum problema ela conversa e entram em um consenso. A gestão democrática é um viés que estabelece relações, interação e proximidade entre equipe gestora da escola, pais e alunos (TEZANI, 2014). Por fim, a gestora declara que seu principal papel na efetivação do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais é garantir que eles se sintam bem no ambiente da escola, se sintam acolhidos, e que se preocupa em não excluí-los e que busca integrar essas crianças com as tantas outras, que é através desse cuidado e dessa atenção que as crianças vão se sentindo parte daquele meio escolar.

CONCLUSÃO

A princípio o foco da pesquisa estava voltado para o papel do gestor na efetivação, especificamente, do AEE, mas ao chegar na escola, a qual construí e coletei os dados, me deparei com outra realidade, a de crianças com necessidades educacionais especiais sendo atendidas dentro de outro contexto, que embora seja inclusivo, não é o ideal exigido por lei e que é de direito desses alunos, pois esses só contam com o apoio de “cuidadores”, e a instituição não possui sala de Recursos Multifuncionais e nem professores com formação no atendimento educacional especializado.

Diante dos estudos por mim realizados acerca do assunto, percebi que a objetivação de uma escola inclusiva, como aponta no PPP da instituição, mas que m sua prática não vinha sendo realizada, segundo Ropoli (2010) não deve ser resumida apenas na presença de alunos com necessidades educacionais especiais na escola, mas que aconteça toda uma mudança de práticas pedagógicas, de estrutura física do prédio da escola, e de formação dos professores e gestores em prol do desenvolvimento integral desses alunos.

Quando o assunto é educação especial, educação inclusiva e suas implicações a muito a se estudar, a se descobrir, a se pesquisar é algo amplo e sua efetivação envolve diversos contextos além das práticas pedagógicas e educacionais, envolve o atendimento psicológico, social e por vezes até fisioterápico, em que muitas vezes apenas o gestor não terá meios de viabilizar todos esses recursos através do uso das leis desse atendimento adequado.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 195. 130p (Série Prática Pedagógica)

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas**. In: *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.661, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado – AEE e dá outras providências

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERNANDES, F. M. B. **Considerações Metodológicas sobre a técnica da observação participante**. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. *Caminhos para análise das políticas de saúde*, 1.ed.– Porto Alegre.

TIBOLA, Carina L. K. **Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: dos aspectos legais à implementação do atendimento educacional especializado – AEE'**. 134 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen Biblioteca Depositária: Biblioteca Central DR. José Mariano da Rocha Filho.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**. -- São Carlos : UFSCar, 2004. 207 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2004.